

VIII Conselho Plenário da Ordem

A graça de trabalhar

Instrumentum Laboris

(Prot. N. 00392/15)

Palavra de Deus

“O Senhor Deus tomou o homem e o colocou no jardim de Éden para o cultivar e guardar. A mulher viu que seria bom comer da árvore, pois era atraente aos olhos e desejável para obter conhecimento. Colheu o fruto, comeu dele e o deu ao marido a seu lado, que também comeu. Então os olhos de ambos...

O solo produzirá para ti espinhos e ervas daninhas, e tu comerás das ervas do **campo. Comerás o pão com o suor do teu rosto...** (Gen. 2,15; 3,6-7. 18-19).

“**Na verdade, é Deus que produz em vós** tanto o querer como o fazer, conforme o seu agrado. Fazei tudo sem murmurar nem questionar, para que sejais irrepreensíveis e íntegros, filhos de Deus sem defeito, nomeio de uma geração má e **perversa, na qual brilha como luzeiros no mundo.**” (Fil 2,13-15).

“Quem não quer trabalha também não coma. Ora, temos ouvido falar que, entre vós, há alguns vivendo desordenadamente, sem fazer nada, mas intrrometendo-se em tudo. A essas pessoas ordenamos e exortamos no Senhor Jesus Cristo que trabalhem tranquilamente e, assim, comam o seu próprio pão. E vós mesmos, **irmãos, não vos canseis de fazer o bem.**” (2 Tes 3,10b-13).

Escutando São Francisco

Aqueles irmãos aos quais o Senhor deu a graça de trabalhar, trabalhem fiel e devotamente, de modo que, afastando o ócio que é inimigo da alma, não *extingam o espírito* (cf. 1Ts 5,19) da santa oração e devoção, ao qual devem servir as demais coisas temporais. Quanto ao salário do trabalho, recebam para si e para seus irmãos as coisas necessárias ao corpo, exceto moedas e dinheiro; e isto humildemente, como convém a servos de Deus e a seguidores da santíssima pobreza. (RB, V).

E quando não nos for dado o salário, recorramos à mesa do Senhor, pedindo esmolas de porta em porta. (Testamento, 22).

E eu *trabalhava com as minhas mãos* (cf. At 20,34) e quero trabalhar; e quero firmemente que todos os outros irmãos trabalhem num ofício que convenha à honestidade. Os que não sabem trabalhar aprendam, não pelo desejo de receber o salário do trabalho, mas por causa do exemplo e para afastar a ociosidade. (*Testamento, 20-21*).

Da *Carta programática* do Ministro geral fr. Mauro Jöhri (02 fevereiro 2013)

“**Consideramos primário convocar um** Conselho Plenário da Ordem (será o VIII), com o tema: «*A graça de trabalhar*” (*Regra bulada, V*). O Conselho Plenário deveria antes de tudo favorecer o diálogo aberto e construtivo sobre um valor central da nossa vida como é o do trabalho. Talvez alguém achará o tema corriqueiro, mas estamos convictos de que ele diz respeito a todos os frades e, além disso, é de grande atualidade. Será o primeiro Conselho Plenário da Ordem que refletirá sobre este aspecto da nossa vida. Tratar-se-á concretamente de nos interrogarmos sobre o trabalho manual, sobre o trabalho do estudar, sobre as múltiplas atividades desenvolvidas pelos frades, sobre o trabalho pastoral, mas também sobre o simples trabalho doméstico. Estimamos além disso que este tema seja enfrentado pondo-o em relação com os diversos aspectos da nossa vida: trabalho como fonte de sustento; trabalho e vida fraterna; trabalho e vida de oração; trabalho e senso de pertença; trabalho e tentação do individualismo. Essas são só algumas das pistas que deveremos explorar aproximando-nos deste tema. O fato de pararmos para refletir nos permitirá de chamar a atenção da Ordem sobre um dos aspectos vitais da nossa vida fraterna. Ele não poderia deixar de ser ocasião para encontrar um novo impulso comum para sermos corresponsáveis no viver a pobreza. Após um tempo normal de preparação deverá ser celebrado o Conselho Plenário da Ordem, que prevemos acontecerá em 2015, em local a ser fixado a seu tempo. Em breve será enviada a Carta com maiores indicações, a data e o modo de preparar-se para esse VIII Conselho Plenário da Ordem.”

SUMÁRIO

Introdução

Premissa

1. Trabalho como expressão da nossa vida em Fraternidade

2. O trabalho manual na nossa vida quotidiana

3. A relação com nossos empregados

4. Trabalho e ou ativismo

5. Proximidade aos pobres

6. Trabalho – fonte do nosso sustento

7. Conclusão

Apêndice

INTRODUÇÃO

Na carta programática do sexênio 2012-2018 o Ministro geral, com o seu Conselho **anunciou a vontade de convocar um CPO (o VIII) sobre o tema “ A graça de trabalhar”**.

Na carta sucessiva, para a convocação do VIII CPO (1º de novembro 2013),¹ foi constituído um grupo de trabalho para que se empenhasse na preparação do mesmo CPO.

A comissão encontrou-se em Roma por alguns dias em três momentos diferentes, para elaborar antes de tudo um questionário a ser enviado a todos os frades da Ordem e depois sintetizar as respostas recebidas, de modo a constituir um *Instrumentum laboris* para os participantes do CPO.

O texto que apresentamos, mais que um documento, é justamente uma síntese das respostas recolhidas. Desejou-se dar voz aos frades, partindo do seu sentir e da sua experiência. As solicitações, de fato, são tantas e muito variadas e geralmente têm necessidade de aprofundamento e de serem contextualizadas,mas cremos que sejam mais imediatas e encarnadas nas realidades em que se vive.

No texto pode-se perceber, **de fato, uma certa continuidade com outros CPO's**, especialmente os últimos dois sobre a pobreza e minoridade, enquanto um trabalho que gera poder ou deste é expressão, um trabalho que é ligado à simples busca do ganho, não pode ser para um franciscano, chamado a ser menor e súdito de todos, um trabalho honesto como entendia São Francisco.

Se o trabalho é uma graça, sejamos gratos ao Senhor pelas tarefas que nos confia e, também através deste instrumento, coloquemos mãos à obra.

Roma, 21 de abril de 2015
memória de São Conrado de Parzão

¹ A Carta do Ministro Geral fr. Mauro Jöhri vem anexada no apêndice.

PREMISSA

O Evangelho nos apresenta Jesus como “o filho do carpinteiro” (Mt 13,55). Ele mesmo trabalha intensamente na vinha do Pai o qual também trabalha.

Francisco, movido pelo Espírito Santo, contemplando a vida humilde de Jesus e dos Apóstolos, trabalhou intensamente com as próprias mãos com, por e como os pobres e os últimos.

Também nós, frades menores capuchinhos, somos chamados a colaborar com o mesmo Espírito criativo, principalmente no âmbito da vida fraterna, para restaurar em nós e no mundo a beleza original da obra de Deus, mantendo o espírito de serviço, sem cair nas ilusões do interesse, de prestígio, das comodidades e do sucesso.

O trabalho não constitui só uma fonte de sustento para viver, mas é participação ativa na obra criadora de Deus. O homem como “criador-criado” é chamado a ter profundo respeito e salvaguarda da criação, respondendo de tal modo à sua vocação primordial de colaborador de Deus.

Conscientes desta dignidade, consideramos que todo tipo de trabalho, para nós frades menores capuchinhos, possa tornar-se via de santificação, fonte de alegria e de liberdade interior, porque, através deste, o homem pode alcançar a harmonia entre o corpo e o espírito, vivendo no louvor e na gratidão pelos bens recebidos.

1. TRABALHO COMO EXPRESSÃO DA NOSSA VIDA EM FRATERNIDADE

Nenhum de nós frades é uma ilha perdida no oceano; portanto, o nosso trabalho, por natureza, deve ser expressão da vida fraterna. Cada um de nós recebeu de Deus diversos dons que são os talentos do Evangelho. Cada vez que um irmão compartilha com os outros o dom recebido, testemunha a força atrativa da fraternidade evangélica constituída por pessoas que, acolhendo-se reciprocamente, tornam-se capazes de servir a todos, especialmente os mais pobres.

Qualquer trabalho feito em nome da fraternidade torna-se sinal de pertença e ao mesmo tempo testemunha a presença viva do Senhor que nos chama a acolher e viver o dom da comunhão fraterna.

Quando um frade deseja viver a graça de um especial tipo de trabalho, submeta-o de boa vontade ao discernimento da fraternidade local ou do Ministro, aos quais cabe o dever de verificar se a atividade proposta pode fazer parte da missão da própria fraternidade. Deste modo, a fraternidade torna-se guardiã dos dons do indivíduo frade. O projeto de vida e atividades da fraternidade não deve ser rígido, mas deve acolher e valorizar as instâncias e as propostas de cada frade e para isso é necessário que se elevem em conta os critérios contidos nas nossas Constituições.

Os programas de vida e atividades sejam objeto de verificação e avaliação periódica. Quando a proposta de um frade, por diversas razões, não poderia ser acolhida pelo programa da fraternidade, este acolha e cumpra, com espírito de obediência, a missão que lhe foi confiada pelo seu Ministro.

As nossas Constituições...

... **nos falam** da necessidade de uma projetualidade que leve em consideração as necessidades pastorais da Igreja local, as exigências do território e as capacidades dos frades.

148,1. Estejamos prontos a exercer todo tipo de apostolado, mesmo de iniciativa pessoal, conforme a inspiração do Senhor. As diversas atividades apostólicas sejam promovidas e coordenadas como expressão de toda a fraternidade e sejam executadas sob a obediência da autoridade competente.

148,3. Cabe ao Capítulo provincial adaptar os trabalhos apostólicos às exigências dos tempos, respirando sempre nossa identidade franciscano-capuchinha. Compete ao ministro provincial, com o consentimento do seu Conselho, coordenar as forças apostólicas na província.

148,4. O guardião, depois de consultar o Capítulo local nos casos mais importantes, distribua os trabalhos, levando em conta as condições de cada frade e atento às necessidades da Igreja local e às diretrizes pastorais da hierarquia eclesiástica.

148,5. Para o bem da Igreja e conforme as necessidades, as circunscrições colaborem de bom grado entre si em obras e iniciativas apostólicas, a serem desenvolvidas com sábio planejamento. Sustentados pelo sentido da comunhão eclesial, cooperemos fraternalmente também com outros institutos de vida consagrada, sobretudo os franciscanos.

As nossas Constituições nos propõem um ideal sublime, ou seja, aquele de uma forte comunhão a realizar em todas as nossas atividades. Estas devem ser expressão do nosso viver fraterno. Trata-se de um convite a fazer e a planejar juntos as várias atividades. É necessário sentar ao redor da mesa para conversar, comunicar, discernir e depois decidir.

De vez em quando, regularmente, é preciso voltar a encontrar-se para verificar a que ponto estamos, quais mudanças nos interpelam. O todo assume uma caráter dinâmico e envolvente. Do questionário enviado às várias circunscrições da Ordem, vê-se claramente **que existe um sério obstáculo no caminho da averiguação e se chama “individualismo”**.

Vejamos o que nos dizem a propósito os frades espalhados pelo mundo!

Cerca $\frac{3}{4}$ das fraternidades, os 77,3% que responderam ao nosso questionário, afirmam haver um projeto de vida e atividade (PVA). As respostas provenientes de cada circunscrição deveriam ter sido todas afirmativas ou negativas, já que se fala de um PVA provincial/custodial. Porém, nem sempre foi assim. Ao que parece, nem todos os frades sabem se existe ou não um PVA. Portanto, torna-se um verdadeiro desafio interrogarmos a respeito do modo como vêm coordenadas as energias e dos compromissos pastorais, seja em âmbito de circunscrição que local.

Uma resposta consola dora nos vem do fato, como se pode extrair das respostas do questionário, que a grande maioria, 90% das fraternidades está aberta a discernir e,

eventualmente, acolher, as iniciativas (trabalho e ministério) propostas pessoais dos frades.

Até aqui nos movemos no âmbito dos princípios e dos ideais que nos servem e marcam a nossa existência. Mas é preciso olhar um pouco mais de perto, com um saudável propósito de autocrítica, a própria realidade da nossa vida quotidiana. Nos perguntamos duas coisas: Quais são os elementos que alimentam o individualismo nas nossas fraternidades (fatores internos) e quais fatores externos contribuem para ao nosso individualismo?

Vejamos primeiro o que nos condiciona dentro das nossas fraternidades, por qual **porta entra o individualismo, onde mais escorregamos no caminho do nosso ideal: “ O trabalho de cada frade seja expressão de toda a fraternidade e manifeste sua comunhão de intenções”** (Cost. 79,3). Podemos subdividir os elementos que alimentam o individualismo nas nossas fraternidades entre aqueles causados pelo próprio frade e aqueles que estão ligados ao agir ou ao não agir da própria fraternidade local.

Vejamos agora os elementos causados pelo próprio frade, como pudemos deduzir das respostas ao nosso questionário: imaturidade afetiva e espiritual, vida isolada, indiferença e autossuficiência com poucos momentos em comum, pouco sentido de pertença e débil e descuidada vida espiritual e de oração; personalidade do tipo particularmente individualista e narcisista que busca gratificações e reconhecimentos; a busca de protagonismo e o espírito de competição; preferência aos projetos pessoais aos quais se apega criando o hábito de gerir as atividades conforme as capacidades, os carismas e os critérios próprios.

Recusam-se, então, os empenhos da comunidade para preferir os próprios; com a inamovibilidade não só física, devida também ao tipo de ministério (certos serviços, de fato, requerem uma alta especialização ou são confiados, por exemplo, pela diocese) por isso não se suporta o confronto e o discernimento da fraternidade, reivindicando autonomia econômica, o uso pessoal de automóveis e o excessivo uso dos social media.

Talvez se porá **a objeção: “Todas estas coisas, e outras ainda, já as conhecemos”**. O problema não é conhecer ou não os comportamentos emersos e elencados. O verdadeiro problema é *reconhecer*, ou melhor, *reconhecer-se* marcados por um certo tipo de individualismo.

Portanto, vejamos agora como estes e outros aspectos do individualismo condicionam a vida da fraternidade ou vêm por esta tolerados ou suportados. Sente-se a falta de um projeto pastoral específico para cada fraternidade, falta de transparência, animação e comunicação, diálogo, confiança dentro da fraternidade, por exemplo, na relação dos frades entre eles e com o guardião.

Os capítulos locais são na maioria só formalidades, pó isso não ousam um confronto e um discernimento comunitário. Às vezes o guardião é muito condescendente e outras vezes a exiguidade do número de frades, ou ancianidade dos mesmos, a multiplicidade dos compromissos assumidos não consente perceber aquele serviço como um mandato da fraternidade. Constritos ao ativismo, cai-se facilmente no individualismo. E isto se

incrementa quando a fraternidade deixa passar e é tendencialmente aberta a iniciativas privadas do frade individualmente e á excessiva autonomia combinada. Como romper este círculo vicioso?

Tem, depois, o elemento da formação inicial e permanente: Não se é formado e habituado o suficiente para trabalhar em grupo. Pela falta de vida de oração comunitária, da escuta da Palavra e do confronto comunitário com esta, aprecia-se mais o fazer que o ser.

Estes dois aspectos, individual e comunitário, que geram ou alimentam o individualismo podem ser distintos só metodologicamente. Na vida real formam um tecido único. Sempre a ser lavado de novo e algumas vezes até remendado para seguir o ideal das Constituições.

79,2. Por isso, cada um de nós faça frutificar os talentos recebidos de Deus e, conforme a condição de idade e saúde, disponha sem reservas e alegremente das próprias forças para o bem da fraternidade e para a solidariedade em favor dos pobres, com os quais devemos compartilhar de boa vontade o fruto do nosso trabalho.

79,3. O trabalho de cada frade seja expressão de toda a fraternidade e manifeste sua comunhão de intenções. Portanto, os frades assumam e desenvolvam as atividades depois de adequado discernimento comunitário e com a bênção da obediência, para que o trabalho, seja sempre feito em nome da comunidade.

Querendo alargar o horizonte, observando o mundo que nos circunda , para ver quais são os fatores externos que contribuem para o nosso individualismo, encontramos uma surpresa. É interessante constatar como a maioria das respostas recebidas coloca sob o denominador comum dos fatores externos as coisas e as escolhas que dizem respeito aos próprios frades. Entrando nesta categoria a prioridade da vida externa, as gratificações fáceis pelas atividades feitas, a autonomia na gestão dos compromissos e autogestão da vida (economia); o direito á própria autorrealização com prolongada permanência num determinado território e apego a certos trabalhos; mais ligações com as pessoas de fora (amigos, benfeitores, familiares) que com a própria fraternidade; o uso não apropriado dos meios de comunicação que consente uma autonomia e até uma vida paralela, individualista também através do uso particular de veículos.

Realmente são poucas as coisas exteriores que contribuem objetivamente ao individualismo, sempre conforme as indicações das respostas ao questionário: a mentalidade consumista, secularizada e individualista própria de algumas culturas; a falta de atividades em grupo, certas atividades que requerem específicas especializações; as grandes distancias entre o lugar da fraternidade e aquele do ministério; muitas solicitações **de trabalho pastoral n'alguns lugares. A verdadeira dificuldade, portanto, não é o mundo,** mas a relação pessoal com este e com os irmãos.

Releiamos portanto, algum fragmento das nossas Constituições para recordarmos do nosso ideal:

81,4. *Para tornar mais frutuosa a graça do trabalho, para nós e para os outros, procuremos na variedade das atividades, conservar a índole comunitária, prontos para ajudar-nos, mutuamente, trabalhando em conjunto e progredindo assim também na conversão do coração.*

84,2. *Recordem porém, os frades, a exortação de São Francisco de só assumir aquelas atividades em que melhor se pode testemunhar a nossa vocação para o serviço e a nossa condição de menores e submissos a todos, evitando qualquer busca de prestígio e poder.*

O CPO será chamado a aprofundar um dos aspectos mais significativos da nossa vocação, ou seja, aquele de promover um mundo mais fraterno, também através do nosso trabalho seja pastoral que de qualquer outro tipo.

Concretamente isto significa favorecer em toda parte o trabalho de grupo, a colaboração, a valorização dos múltiplos talentos que Deus doou a cada um. É isto um aspecto deve ser cultivado e desenvolvido desde os primeiros anos da formação inicial e que deve ser verificado, de vez em quando, no âmbito do capítulo local ou provincial.

Não se trata somente de trabalhar juntos, mas de promover iniciativas que incentivem a colaboração em todos os níveis.

2. O TRABALHO MANUAL NA NOSSA VIDA QUOTIDIANA

Frei Francisco após a sua conversão começou a trabalhar com as próprias mãos. (cfr. Testamento, 20). Nós, frades menores capuchinhos não podemos nos permitir ser servidos, mas queremos trabalhar como todos os pobres, ganhando o pão de cada dia. Por isso, também lá, onde o trabalho pastoral ou o ministério ocupa muito tempo do nosso dia, queremos conservar a graça de trabalhar com as nossas mãos servindo-nos mutuamente.

Somos conscientes de que o trabalho doméstico, compartilhado por todos na fraternidade nos iguala e reforça o amor fraterno. Além do trabalho manual, que traz consigo a graça de sentir-se e ser concretamente solidários com os marginalizados, os pequenos e os últimos, constitui um testemunho eficaz para o mundo. Os serviços domésticos e o trabalho manual para o cuidado das nossas casas devem ser inseridos nos programas de formação inicial como elemento que educa ao serviço e à convivência, favorecendo em nossos jovens a consciência de que a vida só se realiza quando é doada.

A nossa realidade

O trabalho manual nos coloca em contato tangível com a nossa realidade. Através de um trabalho concreto – e o trabalho manual é concreto, literalmente toca a realidade da via- o próprio homem torna-se mais real, sóbrio e maduro. Toda atividade humana tem como consequência a transformação. O sentido primário do trabalho humano não é o aperfeiçoamento do mundo que nos circunda. O verdadeiro sentido é, sobretudo, o crescimento e desenvolvimento pessoal. Através do trabalho concreto, de fato, o homem amadurece, cresce e se desenvolve.

Justamente o Capítulo V das nossas Constituições, que fala do nosso modo de **trabalhar, inicia com a afirmação de que o homem participando “da obra da criação** mediante o trabalho, através do qual o ser humano corresponde ao desígnio originário de Deus, amadurece a si mesmo, ajuda o próximo e coopera para o melhoramento da sociedade” (78,1).

Nos perguntamos, então, quais características do trabalho manual estão mais presentes em nossa vida, isto é, como nos marcam e como em particular nos faz crescer o trabalho manual? Resumindo as respostas ao questionário separamos sete pontos que elencamos numa espécie de classificação, no sentido que o trabalho:

1. Faz crescer o sentido pertença e reforça a responsabilidade;
2. ajuda a viver a pobreza de modo concreto;
3. desenvolve os dons do indivíduo e prepara-o para o serviço/ministério
4. permite viver como a gente comum, sujando as mãos;
5. faz sentir o dever de ganhar o pão quotidiano;
6. ajuda a refletir sobre a própria vocação;
7. ajuda a descobrir o valor das coisas essenciais.

Deste modo os irmãos da ordem percebem os efeitos benéficos do trabalho manual a favor do próprio crescimento, colocando em primeiro lugar o sentido de pertença seguido da concretização da pobreza e da oportunidade de desenvolver os próprios dons.

Passando depois ao cuidado com a formação inicial dos frades, dentre os valores mais importantes que poderiam reanimar nestes o trabalho manual, individuamos a classificação dos benefícios que provêm do trabalho manual quase idêntica àquela acima. A ordem de importância muda só num caso: o crescimento dos dons pessoais a serviço da preparação ao ministério (3) cede lugar à proximidade com as pessoas comuns, sujando as mãos com o trabalho manual (4).

“O futuro da Ordem depende da formação”, repetia sempre nosso confrade Lázaro Iriarte (1913-1997). É preciso, então, refletir seriamente sobre a graça de trabalhar com as próprias mãos como meio formativo indispensável para as novas gerações dos frades que forem chamados a doarem a própria vida a Cristo, à Igreja e aos irmãos.

Confronto com as Constituições

Sobre o papel do trabalho na formação inicial dos jovens frades as nossas Constituições são muito claras:

37,6. Tenha-se o máximo cuidado para que a preparação ao trabalho e ao apostolado se desenvolva no verdadeiro espírito de serviço, em coerência com a consagração religiosa e se harmonize com o caminho da iniciação, assegurando o primado da vida fraterna.

Para evitar a possível anomalia de despejar o trabalho manual e doméstico nas costas dos jovens e frades em formação (hábito e mentalidade que às vezes, infelizmente prevalece, principalmente onde existem muitos jovens na formação inicial), as Constituições nos recordam claramente que cada um de nós deve tomar parte nos trabalhos domésticos como sendo parte integrante da nossa vida. De fato se ensina muito mais com o exemplo do que com as palavras.

83,1. A nossa vida de pobreza e minoridade requer que cada um de nós colabore, quanto possível, nas tarefas domésticas em espírito de fraterna comunhão. Tal participação favorece a mútua dependência e a ajuda recíproca, qualifica a fraternidade e confere credibilidade à nossa vida.

83,2. O trabalho de cada frade não o dispensa do cuidado da casa e dos serviços quotidianos da fraternidade; assumamo-los como parte integrante de nossa vida ordinária.

Concluindo esta parte é preciso dizer que será existirá sempre uma certa tensão entre o trabalho que alguém faz de boa vontade e que lhe permite de dar o melhor de si e o trabalho monótono e repetitivo, como pode ser às vezes o trabalho doméstico. Assim como existirá sempre tensão entre trabalho feito pelo frade individualmente e aquele exigido pela fraternidade.

Somente cultivando o espírito de serviço e a escolha de ser submissos “a toda humana criatura que está no mundo” (RnB 16,6) à imitação de Cristo, será possível renegar a nós mesmos e encontrar alegria profunda e verdadeira mesmo num caminho de abnegação.

Existem atividades que satisfazem e isto é uma coisa boa, porém pode também correr o risco de deixar-se dominar unicamente pela dimensão emotiva: gosto ou não gosto e de apagar, por consequência, do horizonte da nossa mente a dimensão do sentido da nossa vida consagrada. Em última análise, trata-se de uma dimensão de fé.

3. A RELAÇÃO COM OS NOSSOS EMPREGADOS²

Distribuindo as responsabilidades e organizando bem o nosso tempo é possível (salvo para os frades doentes e anciãos, ou por exigências especiais) organizar os trabalhos domésticos de modo tal a ter sempre menos necessidade de empregados. Reforça-se, assim a vida fraterna e podem-se destinar as somas economizadas a outros fins. O VII CPO (n.9) convida cada irmão a ser menor e disponível inclusive para os serviços domésticos. Portanto, devemos evitar, o quanto possível, ser servidos quando podemos trabalhar com nossas mãos. O trabalho manual para sustentar as necessidades da fraternidade representa

² A expressão “empregados” descreve dois modos de envolver o pessoal leigo na nossa vida e atividades: alguns trabalham conosco nas várias instituições fundadas e geridas por nós frades (por exemplo, obras sociais, escolas); Outros, em vez, trabalham para nós em nossas fraternidades (cozinha, limpeza). No questionário esta distinção não era claramente expressa, por isso também as respostas às vezes são menos claras.

um válido testemunho em relação às pessoas que, trabalham para viver e que, cada vez mais, têm dificuldades para prover às necessidades da vida com os salários e os estipêndios derivados do trabalho empregado.

Qual tipo de fraternidade queremos: somente formal, dedicando-nos completamente ao trabalho pastoral e outros ministérios ou uma fraternidade evangélica, na qual o irmão serve o irmão? Humildemente perguntemo-nos: **“Os pobres podem permitir-se ter empregados?”**

Nos casos em que devemos recorrer aos empregados, a nossa relação com estes deve ser respeitosa e correta, em consonância com o espírito evangélico. Além disso, devemos absolutamente respeitar as leis e as normas trabalhistas vigentes nos pises em que estamos presentes.

Uma projeção da nossa realidade

A informação emergente e prioritária recebidas nas respostas é que uma grande parte das nossas fraternidades, cerca 80%, serve-se do auxílio de empregados. O número mais comum de dependentes para uma fraternidade varia de uma três. Quando o número **dos empregados é mais alto (65 ou até 100, n’alguma circunscrição) é óbvio que se trata de** alguma obra fundada e gerenciada pelos frades.

É importante avaliar a presença dos funcionários de diversos pontos de vista, pó exemplo: Como se chegou á decisão de assumi-los? Como vem percebida a presença destes na fraternidade? São realmente necessários? Qual tipo de contrato foi estipulado? Etc.

Analisando as respostas chega-se às seguintes conclusões: Na maior parte dos casos (95%) foi a fraternidade e ou o ministro provincial/custódio a decidir assumir empregados. Este é certamente um fato importante e decisivo pra outros aspectos da questão.

Portanto, parece que a presença dos dependentes entre nós vem percebida reciprocamente bem. Trata-se, **em grande parte, de uma presença discreta. Só n’algumas** fraternidades vem evidenciado que os empregados estão presentes demais; em casos particulares os empregados são considerados marginalizados. Não se sabe se este último fato seja atribuído aos frades ou aos próprios empregados.

Também na avaliação se os dependentes são realmente necessários, a autocrítica não parece ser uma virtude nossa. Bem mais de 80% das fraternidades está convencida de que sejam necessários. E como o justificam? As principais causas em favor da necessidade são: a idade avançada dos frades; o trabalho na cozinha; o cuidado na enfermaria; o peso do trabalho pastoral; para assegurar uma boa gestão da estrutura paroquial ou conventual (por exemplo casa de retiros); um modo para dar trabalho a quem precisa. Como último aspecto, à margem deste argumento está o contrato de trabalho.

85% das fraternidades afirma haver um contrato estipulado com os empregados que respeita plenamente as leis do Estado. Cerca de 10% diz que o respeita parcialmente (isto é, cobre-se somente o seguro). Pra o resto considera-se não sejam respeitadas as leis civis

(empregados disfarçados de voluntários ou que recebem de vez em quando algum dinheiro em espécie).

Observando este aspecto da nossa vida, no setor específico do recurso aos empregados, temos dois casos extremos. Numa fraternidade de quatro frades, todos ausentes de casa grande parte do dia por conta de compromissos, encontram-se quatro empregados que cuidam da cozinha, limpeza e manutenção do jardim. Noutra província com cerca 70 frades encontramos um só empregado! Isto significa que os frades desta última província levam a sério o que dizem as Constituições;

83,4. Somente quando é realmente necessário recorrarmos à contratação de colaboradores externos para os trabalhos domésticos; sua escolha seja o máximo possível partilhada pela fraternidade e inspirada em critério de prudência. Sejam eles tratados com respeito, cortesia, equidade e de acordo com a lei.

4. TRABALHO e/ou ATIVISMO

Em diversas partes do mundo a sociedade impõe ritmos e empenhos que correm o risco de fazer-nos cair no ativismo. Devemos absolutamente evitar viver nossos dias numa sequência de atividades e compromissos onde não encontramos mais espaço para a oração, a vida fraterna e o repouso. O nosso modo de trabalhar não pode sacrificar o aspecto contemplativo e fraterno da nossa vocação e esta necessidade deve ser transmitida com precisão e clareza também em todas as etapas da formação inicial.

Palavra das Constituições:

38,1. Todos os frades, servindo ao Senhor em minoridade, recordem-se que, acima de todas as coisas, devem desejar ter o Espírito do Senhor e sua santa operação.

80,1. Guardemo-nos de por no trabalho nosso fim último ou de nos apegar a ele com afeto desordenado, para que não se extinga em nós o espírito de oração e devoção, ao qual todas as outras coisas devem servir.

Apesar destas indicações inequívocas, um terço das fraternidades que responderam ao questionário reconhecem cair no ativismo, isto é, no desequilíbrio entre atividade e compromissos de uma parte e a vida fraterna, vida de oração e repouso da outra parte. Poucos daqueles que são conscientes do ativismo percebem o provável perigo de esvaziamento do nosso testemunho: pode-se falar de Deus se não se fala com Deus? Pode-se testemunhar a fraternidade universal se não se vive dedicados àquela local?

Recolhendo as respostas e as experiências concretas contidas no questionário, para que os frades em comunhão com a fraternidade possam viver melhor o equilíbrio entre suas atividades e a vida interna (fraternidade, contemplação, repouso) chegamos à seguinte síntese propositiva:

O capítulo local seja lugar privilegiado para:

- redigir um horário realístico da fraternidade que inclua oração, trabalho ministerial e convivência fraterna;
- assumir, programar e distribuir os empenhos, privilegiando aqueles que asseguram um testemunho de partilha e colaboração fraterna;
- verificar o impacto do ministério na vida fraterna e contemplativa em diálogo aberto e corajoso, servindo-se inclusive da correção fraterna;

Este último elemento, mesmo que previsto nas Constituições, nem sempre será possível vivê-lo num confronto comunitário e portanto, respeitando a sensibilidade de cada frade, o guardião use o instrumento do colóquio ou da avaliação pessoal.

Cultivar interesse pessoal e comunitário para com o irmão que retorna da missão, acolhendo-o com atenção, escutando-o.

Cuidar, aprofundar e vigiar a vida de fé, de oração comum e pessoal, lectio divina, condissão da Palavra, retiros mensais e anuais.

Também quando para a missão se está fora da fraternidade, reservar para si tempos fortes para a oração crendo e testemunhando que a missão depende, sobretudo, de Deus.

Saber escolher, decidir e comunicar às pessoas que temos necessidade dos nossos espaços e tempos para poder cultivar as nossas relações e para recuperar as nossas forças físicas e espirituais. Para tanto, cada fraternidade tenha locais adequados onde se possa ficar sozinho. Necessário seria promover um dia por semana dedicado exclusivamente à fraternidade.

O CPO deverá dedicar um espaço preciso também à área do repouso, da recreação e das férias. As Constituições, número 86, dizem claramente:

“Reconheçamos a importância do repouso: ele também nos ajuda a viver a graça do trabalho. Os frades desfrutem todos os dias de uma conveniente recreação em comum, para promover a convivência fraterna e para refazer as forças; e todos tenham algum tempo livre para dedicar a si mesmos. De acordo com os costumes e as possibilidades das regiões, conceda-se aos frades algum tempo de férias, de modo condizente com o nosso estado de frades menores.”

Eis, enfim o resumo sintético dos remédios para evitar o ativismo que encontramos nas Constituições:

94,3. Todos os frades, como membros da mesma família, participem assiduamente dos atos comuns da fraternidade, sobretudo da oração comunitária. De boa vontade, dediquem tempo aos irmãos, combinem juntos os compromissos e promovam o trabalho em colaboração.

5. PROXIMIDADE AOS POBRES

Os frades menores capuchinhos, desde as origens, como fruto de uma intensa vida contemplativa, estiveram sempre próximos dos pobres e marginalizados, pondo-se a seu **serviço., merecendo por isso o título de “frades do povo”.** Também hoje, verificamos que estão a serviço dos pobres em diversos ambientes: periferias, missões, mesas para os pobres, escolas, hospitais e trabalho pastoral. Estamos perto dos pobres mas geralmente a nossa mentalidade e o nosso estilo de vida nos colocam como aqueles que assistem os pobres e não como frades que partilham a condição dos pobres e marginalizados. Recordemo-nos do que dizia São Francisco aos seus irmãos na Regra de 1221: “ E devem ser alegres quando vivem entre pessoas que contam pouco e desprezadas; entre pobres e débeis, enfermos e leprosos; entre **mendigos à beira da estrada.**”

O que fazemos para o povo de Deus no meio do qual vivemos?

Numerosas respostas ao questionário se poderiam resumir nos sete campos de trabalho seguintes coma característica pastoral e de serviço.

Como primeiro aspecto, o mais presente, aparece a acolhida pessoal e escuta das necessidades do povo na portaria do convento. Isto indica a nossa abertura e conseqüentemente a confiança das pessoas ao saber que nos frades encontram sempre alguém que lhes espera, acolhe e escuta.

Em segundo lugar está a pastoral paroquial. EM algumas partes é o único modo de inserir-se entre a gente comum. Encontram-se exemplos bonitos do modelo fraterno de gerir uma paróquia. Infelizmente encontramos também as realidades que são consideradas como um espinho no tecido da fraternidade local ou até da inteira **circunscrição porque “propriedade” e prioridade absoluta de um único frade.**

As obras sociais e caritativas seguem como um dos aspectos fortes da nossa proximidade aos pobres. O nosso Departamento internacional de Justiça, paz e salvaguarda da criação recolheu e continua recolhendo informações sobre tudo aquilo que nós frades capuchinhos estamos fazendo a favor dos pobres. Graças a Deus estamos descobrindo um vasto esforço concreto e variado neste campo. Tudo isto será apresentado de modo sintético, também, durante o VIII CPO.

A atividade didática e espiritual nas escolas ajuda muito os jovens a sair de condições difíceis, sobretudo na atual emergência educativa. Nesta área, como também na precedente das obras sociais caritativas, é preciso investir muito mais na formação e preparação profissional dos frades.

Existe necessidade não só de frades diretores de obras sociais e escolas, mas também de enfermeiros, médicos, professores, etc.

A expressão de caridade por excelência é a nossa proximidade aos doentes que se **exprime na pastoral em hospitais e clínicas: “ Estava doente e me visitastes” (Mt 25,36)**

A atividade em terras de missão é muito presente ainda. Nos lugares de longa presença missionária crescem bons frutos, nos lugares de recente presença precisa-se de

esforço renovado. Abrem-se novos horizontes de missões mesmo em locais de longa presença capuchinha de onde, uma vez, partiam os missionários.

Como último aspecto, mas não menos importante, está a pastoral religiosa nas universidades e institutos educativos.

A estes campos acrescentem-se algumas atividades como por exemplo a pastoral bíblica, os retiros espirituais, os meios de comunicação social, cuidado pastoral nos grandes santuários, de modo especial para as confissões, capelanias, grupos eclesiais e religiosas de clausura, ajuda pastoral noutras paróquias...

Em conclusão deste breve resumo das várias formas da nossa presença junto aos pobres, recordamo-nos da nossa inspiração nas Constituições;

149,7. Todos os serviços prestados às pessoas devem estar alicerçados numa vida modelada pelo Evangelho. Lembrando-nos que o mundo escuta mais as testemunhas do que os mestres, vivamos próximos do povo na simplicidade de coração, comportando-nos como verdadeiros frades menores no estilo de vida e no modo de falar.

6. TRABALHO – FONTE DO NOSSO SUSTENTO

Por motivo das mudanças da nossa sociedade, que tudo avalia em termos de dinheiro e lucro, também nós frades podemos ter a tentação de valorar a utilidade do nosso apostolado/ministério e outro serviço em termos de benefícios pecuniários. Quem anuncia o Evangelho pode acolher com coração agradecido as ofertas para o sustento da comunidade (cf. 1Cor 9,14; Lc 10,7). O carisma franciscano nos solicita o esforço quotidiano em vários modos para ganharmos o nosso pão de cada dia. Por isso, os frades estejam prontos a fazer frutificar os talentos recebidos para o serviço que foram chamados. **Somos pobres e menores quando não nos apropriamos de nada e “restituímos! A Deus no serviço, aquilo que Ele nos doou.** Então poderemos confiar na bondade e paternidade de Deus que nunca nos deixa faltar a sua Providência.

Este elemento, o nosso sustento, sempre mais real na nossa vida, nos aproxima dos pobres?

Nos perguntamos duas coisas: Conseguimos viver do próprio trabalho e quais escolhas concretas fizemos para conduzir uma vida simples?

Devemos reconhecer que estamos muito mal acostumados a receber seja de pessoas generosas que da solidariedade econômica internacional entre nós capuchinhos. E recebendo bastante em alguns casos perdemos também o sentido de proximidade com os pobres. O Ministro geral na sua carta A graça de trabalhar (01 novembro 2013) diz claramente que ambas as fontes econômicas estão diminuindo rapidamente (cf. nn. 3-5).

Será este o desafio que nos ajudará a buscar outras soluções e a retornar a uma vida simples e sóbria?

Em que situação nos encontramos? Cerca de 70% das fraternidades que responderam ao questionário conseguem cobrir as despesas da vida ordinária. Para as despesas extraordinárias recorrem a fundos comuns da província/custódia. Dentre aquelas fraternidades que não conseguem cobrir as despesas ordinárias existem quase sempre as casas de formação inicial e as enfermarias provinciais. É lógico e justo que destas realidades se assumam as responsabilidades toda a circunscrição. As fraternidades de uma circunscrição devem interdepende-se entre si. Porém, isto não deve descomprometer-nos, antes, nos deve levar a poder ajudar aos outros ainda mais!

O que fazer então no âmbito das fraternidades locais par abraçar um estilo de vida sustentável? Vejamos algumas propostas e escolhas concretas que nos ajudam a conduzir uma vida sóbria, essencial. Muitos veem a necessidade de renovar concretamente a convivência fraterna, revalorizando o trabalho manual e ao serviços domésticos feitos pelos frades. Isto teria consequências imediatas em ao menos duas coisas: o aprofundamento do sentido de pertença e a redução do pessoal empregado ao nosso serviço.

O segundo ponto é a transparência da economia fraterna da qual falava o VI CPO. Certamente muitos passos foram dados nesta direção, porém permanece ainda muito a ser feito para crescer na confiança e partilha fraterna.

Em seguida vem a necessidade de fazer escolhas concretas de uma vida simples, sóbria, na comida, nas viagens, através da renúncia pessoal e comunitária às coisas supérfluas. Também isto nos aproximará mais dos pobres. Somos chamados a viver com decisão aquilo que nos propomos nas Constituições:

62, 2. A pobreza exige um teor de vida sóbrio e simples. Por isso, esforcemo-nos por reduzir ao mínimo nossas exigências materiais para viver só do necessário, rejeitando decididamente toda mentalidade e prática consumista.

75, 2. A transparência qualifica nossa vida pessoal e fraterna e alimenta a confiança, a sinceridade e a comunhão entre nós. Deve caracterizar também nossa administração dos bens, em todos os níveis, e nos empenhar a prestar contas de tudo o que recebemos e usamos.

Neste campo entra também **toda a questão da famosa “mensalidade” e da soma de dinheiro** da qual cada um pode dispor para as férias. É preciso insistir sobre o estilo de vida sóbrio e simples que deve encontrar adequada expressão também nas nossas escolhas deste gênero. O risco de entrar numa mentalidade sindical ou de reivindicação de direitos é grande. No estatuto da circunscrição estas realidades devem ser enfrentadas e esclarecidas, devem ser fruto de um consenso elaborado juntos no âmbito de um capítulo, seja ordinário ou extraordinário.

Um aceno especial sobre o trabalho pastoral como fonte de sustento

Das respostas recebidas resulta que o trabalho pastoral para os frades, em muitos casos, permanece uma fonte importante dentre os recursos econômicos para o nosso sustento e para a solidariedade com os pobres. Em alguns lugares chega além dos 80% das entradas e em nenhuma parte parece ser insignificante. No que diz respeito às tendências de aumento e diminuição do trabalho/ministério pastoral, mais da metade das respostas (55%) afirmam que é constante, 40% dizem que está aumentando e só 5% sustentam que diminui. Isto poderia significar que em várias partes do mundo, num futuro próximo, ainda podemos contar com o trabalho/ministério e os recursos econômicos deste provenientes.

Apesar dos bons propósitos: **“acolher com humildade e desapego as ofertas espontâneas par o apostolado feito”, “ ser disponíveis na gratuidade para o serviço do Evangelho”, “trabalhar sem pensar à remuneração porque o nosso trabalho é a glória de Deus e é um ministério sacro que administra a Graça de Deus” etc., lá onde o trabalho pastoral permanece em primeiro plano e é uma fonte importante de recursos econômicos, devemos vigiar continuamente para que não se troque o “servir o Evangelho” pelo “servir-se do Evangelho”.**

Outro perigo a evitar é a clericalização da Ordem, procurando envolver no trabalho pastoral também os irmãos leigos:

147,2. O primeiro apostolado do frade menor è viver no mundo a vida evangélica em verdade, simplicidade e alegria

Outras profissões/tipos de trabalho

Seramente devemos ficar atentos às necessidades e aos dons de cada irmão. Além do serviço pastoral, a Ordem parece ter preferência sobretudo pelas profissões de tipo socioculturais, educação-formação, saúde-medicina, não excluindo porém muitas atividades manuais ou técnicas como hortelão, agricultor, cozinheiro, alfaiate, mecânico, eletricista, carpinteiro, pedreiro, comunicador, administrador, operário, ecônomo, biólogo, botânico, ecólogo.

Continua válido o que dizia Papa Paulo VI no seu discurso ao Capítulo Geral de 1968: *“Nos perguntamos como é possível que os filhos de São Francisco não estejam presentes, como lhes convém, em meio às massas trabalhadoras, com a sua palavra popular, com a sua vocação de compartilhar o pão suado da gente humilde e com a sua capacidade de fazer florescer a alegria e a esperança nos espinheiros da vida! O sabemos: sois já muito ocupados, e sois poucos a despeito das chamadas que se multiplicam ao vosso entorno; mas vos diga este nosso aceno o quanto pensamos seja possível e providencial a vossa missão no mundo”.*

Concluimos com as palavras das Constituições:

81,1. São várias as atividades que, de maneira diferente, conforme as aptidões de cada um e os dons particulares de Deus, convêm a cada um de nós.

81,2. Assumamos os serviços e os ministérios na medida em que correspondem à vida de nossa fraternidade ou sejam exigidos pelas necessidades da Igreja e da sociedade.

81,3. As atividades que melhor condizem conosco são as que manifestam mais caramente a pobreza, a humildade e a fraternidade; pois não consideramos nenhum trabalho menos digno ou de menor valor do que o outro.

81,5. E tenhamos sempre em mente a nossa vocação apostólica, a fim de que, em toda a nossa atividade, demos aos homens testemunho de Cristo

7. CONCLUSÃO

Da síntese das respostas ao questionário, podem-se tirar algumas indicações significativas que abrem pistas de reflexão e discussão. Muitas permaneceram voluntariamente questões abertas enquanto a pluriformidade da nossa Ordem, espalhada em todos os continentes, não nos permite definir homogeneamente os modelos de trabalho que possam ser expressão do verdadeiro frade capuchinho.

É certo, contudo, que o trabalho não pode tornar-se fim em si mesmo, mas ocasião para dizer o que se é, convencidos de pertencermos a uma fraternidade que se encontra na sua diversidade para construir o Reino de Deus e para colaborar com a obra da Criação, com o trabalho das próprias mãos e com a inteligência e os específicos talentos de cada membro.

Estamos conscientes de que muitas são as oportunidades que o Senhor nos oferece para colocarmo-nos a seu serviço como operários da sua vinha e cada um pode dar o seu contributo, desde que, como dizia São Francisco, *não se extinga o espírito da santa oração e devoção*.

O sentir da Ordem parece orientado a colher toda possibilidade de trabalho, daquele mais humilde ao mais prestigioso, daquele que se faz entre os muros domésticos de um convento àquele que se manifesta nos âmbitos mais diversos da pastoral, inclusive nos setores essencialmente manuais.

O objetivo do trabalho permanece, contudo, a construção da fraternidade, salvaguardando as capacidades individuais de cada um e abrindo-nos ao mundo inteiro. Talvez este continue sendo o desafio mais problemático e necessita de mais atenção e reflexão e sobre o qual deverá confrontar-se o CPO.

APPENDICE

A GRAÇA DE TRABALHAR

Carta de Fr. Mauro Jöhri, Ministro Geral dos Frades Menores Capuchinhos para a convocação do VIII Conselho Plenário da Ordem

(Prot. N. 00860/13)

A todos os Frades Menores Capuchinhos,

Às irmãs Clarissas Capuchinhas,

Aos irmãos e irmãs da O.F.S.

1. O VIII Conselho Plenário da Ordem

Caros irmãos e irmãs,

Na Carta Programática que enviei aos 02 de fevereiro do ano corrente, anunciei que, em comunhão com os irmãos Definidores, decidimos convocar um Conselho Plenário da Ordem com o tema **“a graça de trabalhar”**. **Naquela ocasião acenei brevemente as motivações que deram origem à convocação deste evento.** Com esta missiva, desejo propor alguns aprofundamentos sobre o tema e o faço compartilhando convosco fatos que pertencem à minha história pessoal. Dentro de pouco, tempo agradecerei ao Senhor pelo 50º aniversário de pertença à Ordem dos Frades Menores Capuchinhos e durante este tempo assisti a muitas mudanças. Vivi a maior parte da minha vida na Europa e é verdade que os olhos com os quais vejo os fatos e eventos são aqueles de um europeu. Todavia, posso afirmar que o conhecimento da Ordem adquirido em sete anos no serviço como Ministro geral, confirmam que muitas mudanças que encontro na Europa, por causa do processo de globalização, estão se expandindo progressivamente em todos os continentes. Desejo ainda sublinhar que o próximo CPO deveria traçar uma linha de continuidade com os dois imediatamente precedentes, que nos ajudaram a refletir sobre os temas: *“Viver a pobreza em fraternidade”* e *“Viver a nossa vida fraterna em minoridade”*.

A reflexão sobre o trabalho nos coloca em relação com as fontes do nosso sustento e o trabalho que fazemos deve levar em conta dois valores centrais da nossa vida: a fraternidade e a

minoridade. Estes aspectos serão aprofundados e desenvolvidos durante a preparação do evento que, desejo seja vivida, como uma ocasião de diálogo e formação para os frades.

Caros irmãos e irmãs, com alegria e viva esperança, convoco o VIII Conselho Plenário da Ordem, com o tema *A Graça de Trabalhar*, para Assis, em **nosso Convento “Cristo Ressuscitado”**, de 26 de outubro a 21 de novembro de 2015!

2. À escuta de São Francisco de Assis

Os frades a quem o Senhor deu a graça de trabalhar, trabalhem fiel e devotamente, de modo que, afastando o ócio inimigo da alma, não extingam o espírito da santa oração e devoção, ao qual as outras coisas temporais devem servir. Como mercê do trabalho recebam para si e seus irmãos o necessário para o corpo, menos dinheiro ou pecúnia, e isso humildemente, como convém a servos de Deus e seguidores da santíssima pobreza (RB V).

E eu trabalhava com minhas mãos (cfr. At 20,34), e quero firmemente que todos os outros frades trabalhem em trabalho que convém à decência. Os que não sabem, aprendam, não pela cobiça de receber o preço do trabalho, mas pelo exemplo e para repelir a ociosidade. E quando não nos derem a recompensa do trabalho, recorramos à mesa do Senhor, pedindo esmola de porta em porta (Test 20-22).

Estas palavras simples e fortes que São Francisco nos entregou na Regra e no Testamento, acompanharam inteiras gerações de frades ao longo dos séculos e continuam a ser fonte de reflexão e são provocação também para nós. As palavras do Seráfico Pai nos alcançam num tempo e numa sociedade onde ocorrem mudanças radicais justamente no campo do trabalho, com consequências que impõem uma séria revisão sobre o nosso modo de sustentar-nos. Os processos da globalização e da secularização, criaram um modo novo de conceber o homem e suas atividades; a isto se acrescenta um progressivo afastamento da Igreja e dos conteúdos espirituais, éticos e sociais por esta anunciados. Certamente estas mudanças não chegam a todos os países do mundo com a mesma intensidade, mas devemos reconhecer que a mudança é de dimensões notáveis e frequentemente verificamos seu influxo e as consequências também na vida religiosa. Estas breves e sintéticas reflexões estão na origem da proposta de viver um momento forte de reflexão que resumi no tema *a graça de trabalhar*. Nesta carta, consciente de que não sou nem um historiador nem um sociólogo, tentarei aprofundar as considerações descritas acima. Escolhi compartilhar e narrar o que eu mesmo vivi e observei durante os anos da minha vida de frade capuchinho.

3. Diminui o trabalho pastoral.

No final do meu relatório ao capítulo geral de 2012 observava: *“ Nós capuchinhos, especialmente nos países do hemisfério Sul do mundo, estamos muito empenhados no campo da pastoral. Existem circunscrições onde a maior parte dos frades são dedicados ao trabalho paroquial. Aqui e ali os bispos começam a pedir-nos que entreguemos as paróquias que há um tempo confiaram aos frades, porque dispõem*

agora de um bom número de sacerdotes diocesanos. Seja esta a ocasião para diversificar o nosso serviço à Igreja e ao povo de Deus, abrindo-nos a novas formas de presença evangelizadora, prestando particular atenção àquelas formas que promovem a paz e o diálogo entre grupos e povos diversos.”(382)

Esta afirmação pode parecer em contradição com o pedido de alguns bispos europeus e norte-americanos que pedem a presença de nossos frades provenientes das jovens circunscrições ricas em vocações, para lidar com a escassez de presbíteros em suas dioceses. Não sou contrário a que os frades das circunscrições jovens assumam compromissos pastorais além dos confins de seus países, mas considero honesto alertá-los a respeito do fenômeno da secularização que está corroendo de modo significativo e rápido a prática religiosa. Notamos ainda que o próprio modo das pessoas que vivem no hemisfério norte do mundo mudou profundamente. A ação pastoral tradicional, concentrada sobretudo em atingir o maior número possível de pessoas através dos sacramentos, sofreu notáveis mudanças e cada âmbito cultural e social apresenta características próprias que impõem adaptações e inovações aos irmãos das novas circunscrições que não compreendem as mudanças em andamento e desejam reproduzir a ação pastoral de seus países de origem, arriscando de, mais cedo ou mais tarde, abandonar o trabalho pastoral e de voltar às circunscrições de onde vieram. Além disso, o número de pessoas que tacitamente e com declarações públicas renunciam sua pertença à Igreja, é em constante aumento, nos países que até não muito tempo faz, haviam uma presença católica muito consistente. Refiro-me de modo particular ao norte da Europa, mas isto vale também para o Canadá de língua francesa e outros países ainda. Estamos conscientes de que nos espera um trabalho pesado de nova evangelização, mas ao mesmo tempo constatamos a diminuição constante do trabalho pastoral e falo de modo particular daquele do tipo tradicional, pelo qual recebemos normalmente uma oferta. As possibilidades de novas atividades pastorais não faltam, mas em muitas destas não poderemos esperar nenhuma compensação.

Prossigo a análise, apresentando uma situação que há anos acompanha a vida da nossa Ordem: a diminuição das contribuições ao caixa central da solidariedade econômica. A consequência deste decréscimo é a dificuldade sempre mais evidente em contribuir com os numerosos pedidos de subsídio apresentados pelas Circunscrições mais jovens da nossa Ordem, em particular da África e da Ásia. Muitas Províncias, que no passado compartilhavam generosamente parte das ofertas recebidas e do provento do trabalho dos frades com outras circunscrições, hoje não podem mais fazê-lo, ou o fazem somente de modo muito reduzido. O que aconteceu? Quais são as razões desta diminuição?

Todos afirmam, é verdade, que a causa principal deve-se atribuir à crise econômica que atingiu a Europa e outros continentes. Verificamos que estão diminuindo drasticamente as ofertas, mas também as entradas, fruto do trabalho dos frades, sofreram uma significativa diminuição. Atribuímos este fenômeno também ao decréscimo das vocações que ocorre em muitas Províncias e ao redimensionamento sem precedentes das nossas presenças. A idade média nas Províncias de fundação secular está em constante aumento; geralmente a maior parte das entradas das

fraternidades é constituída pelos proventos das pensões de aposentadoria e este dinheiro vem usado em grande parte para cuidar dos frades anciãos. E é justo que seja assim, mas deste modo vem a faltar aquele *excedente de Providência* que um tempo vinha repartido com os nossos irmãos que viviam em contextos muito pobres, onde as pessoas não tinham condições de contribuir economicamente para com o trabalho e o ministério oferecidos.

4. “Rezem **por nós!**”

Além do que já descrevemos acima, considero que as razões dessa crise são ainda mais profundas e são imputáveis a algumas mudanças de mentalidade em andamento na nossa sociedade. Desejo dar alguns exemplos tirados da minha experiência de frade capuchinho. Poucas semanas após ter vestido o hábito capuchinho no noviciado de Arco de Trento, fui enviado com os outros irmãos noviços ao campo, nos arredores,

para esmolar uva. Isso nos permitia produzir um bom vinho sem nenhum custo. No curso do ano, eram sobretudo os irmãos leigos da fraternidade a sair para pedir azeite, batatas, lenha e outros produtos. Um irmão ia quotidianamente à cidade para esmolar pão. A grande horta do convento nos fornecia de fruta e verdura em abundância. Notemos que não estou contando episódios do início de 1800, mas datam de 1964, 50 anos atrás!

Voltando à Suíça para o estudo de teologia, na primavera e no outono, suspendíamos por uma semana os estudos e todos saíam para os vilarejos no entorno para esmolar. Normalmente o povo nos dava dinheiro e, salvo alguma rara exceção, éramos acolhidos com grande cordialidade. Por quê as pessoas eram generosas conosco e não batiam a porta na nossa cara? Creio poder dizer que, entre as pessoas que nos beneficiavam e nós frades, existia um pacto não escrito, mas que vinha respeitado com fidelidade e eficácia. Explico-me: no coração e na mente do povo, nós frades, éramos aqueles que, tendo escolhido dar a vida a Deus, tínhamos uma tarefa particular: a oração de intercessão por todas as pessoas que, com suas ofertas e seus dons, nos manifestavam a Providência do Senhor. A nossa vida de oração e de renúncia cumpria e integrava aquela parte de devoção que a maior parte dos fiéis não tinha condições de viver, mas que considerava boa e necessária. Dito de modo sintético, o raciocínio é este: *“Vocês frades rezam e levam uma vida austera e os frutos de tal conduta de vida diante de Deus retornarão também em nosso favor. Vocês transbordam a medida com o que seríamos chamados a fazer todos nós, mas por tantos motivos contingentes não conseguimos cumprir, por isso têm o direito de bater à nossa porta e de pedir uma ajuda para o vosso sustento. Vocês rezam também por nós e nós estamos dispostos a apoiar-vos!”* Aos olhos do povo de Deus a nossa presença havia um valor fortemente simbólico. Esta, trazia alguma coisa de tranquilizador e interferia na relação de cada um com Deus. Éramos considerados como homens *capazes* de apresentar ao Senhor as pessoas e as situações que estas viviam e esta intercessão vinha honrada **com grande generosidade. Quantas vezes ouvimos dizer: “reze por mim!”** E a pessoa que nos dizia isso colocava dinheiro em nossas mãos. Muitas pessoas continuaram a dar-nos ofertas mesmo depois que os irmãos não saíam mais para pedir. Depois da metade dos Anos Sessenta, apesar do padrão de vida na Europa e na América do Norte ter melhorado notavelmente, os frades

capuchinhos, por causa do seu estilo de vida simples e pelo empenho profuso no trabalho missionário, gozaram sempre da ajuda de tantas pessoas. Existia a vontade de ajudar, de partilhar; confiavam em nós, certos de que a oferta chegaria com certeza, à destinação e serviria a qualquer coisa de bom e útil.

5. A mudança

O contexto sócio-religioso e a trama de relações que descrevi até aqui e na qual vivi não existem mais, ou melhor, lhes encontramos de modo marginal. Aquele pacto silencioso entre os frades e o povo progressivamente foi-se quebrando. Não muito raramente acontecia que, batendo em alguma porta, se ouvisse esta pergunta: “ *Senhor, para qual organização ou obra está recolhendo fundos?*” O enfraquecimento do nosso liame com o povo encontra sua explicação seja em relação à passagem do mundo rural àquele industrial e depois tecnológico, seja na forte influência que o processo de secularização exerce sobre o nosso modo de viver o Evangelho e a vida religiosa. Uma das consequências desta mudança é que também a nossa sustentação não usufrui mais das fontes que a alimentavam no passado. Esta constatação torna urgente a reflexão sobre o nosso trabalho para que adotemos escolhas que nos ajudem a olhar pra frente com a confiança n’Aquele a quem pedimos o pão de cada dia.

As novas gerações de frades, seja na Europa que fora dela, não conheceram o esmolar, mas certamente, também estas, foram beneficiadas pela generosidade do povo para conosco e isto graças àquele pacto acima descrito. Partilhamos o quanto recebemos e também parte do fruto do nosso trabalho, porque éramos conscientes de pertencer a uma única fraternidade internacional. A condizância foi possível porque os frades procuraram viver sem tergiversar o que afirmam as nossas Constituições: “*Tudo o que os frades recebem como compensação do trabalho prestado pertence à fraternidade e deve ser, portanto, entregue integralmente ao superior.*” Cada casa passava o excedente à vida ordinária da Província e esta por sua vez, transferia o dinheiro à Cúria geral, que pensava como atender às necessidades daquelas Circunscrições que não tinham condições de sustentar-se autonomamente.

Na Igreja, os Capuchinhos pertencem às Ordens Mendicantes, esta denominação, que continua a figurar nas páginas do Anuário Pontifício, exprime a disponibilidade à itinerância, a uma vida pobre e essencial que não nos faz donos de nada. Como pobres, somos chamados a viver do nosso trabalho, conscientes de que o próprio ministério pastoral está sofrendo uma forte transformação. Um dos últimos sinais do pacto entre nós e o povo que continua a subsistir, mesmo que de forma sempre mais reduzida, é a oferta que recebemos para celebração das santas missas, mas também neste caso a diminuição parece ser irreversível.

Diante destas transformações nós não podemos permanecer passivos, com os braços cruzados; em cada parte do mundo, somos chamados a interrogar-nos sobre como entendemos sustentar-nos. O critério fundamental que deve guiar a nossa reflexão e que neste escrito desejo

afirmar com força e clareza é este: o trabalho de cada frade individualmente deve estar em sintonia com o primado da vida fraterna. A inevitável especialização que uma atividade laboral exigirá, será capaz de salvaguardar este princípio? Quais são, por consequência, as escolhas que somos chamados a fazer e a promover? E qual tipo de vida fraterna entendemos promover num contexto profundamente mudado?

6. Qual tipo de fraternidade ?

Reflitamos agora sobre outra transformação que acontece em nosso meio e que incide fortemente no nosso modo de viver. Refiro-me ao pessoal que assumimos nas nossas dependências para vários serviços, dentro das nossas fraternidades. Existe quem se ocupe da cozinha, quem faz limpeza, quem lava e passa nossas roupas, quem atende ao telefone e abre a porta às visitas, quem cuida dos nossos enfermos. A maior parte destas pessoas recebe um estipêndio pela sua prestação. Reafirmo o dever moral de cada fraternidade para com os empregados: se aja sempre com justiça, no pleno respeito das leis vigentes nos vários países, observando todas as normas em matéria tributária e de seguridade. Assumimos pessoas que nos servem e isto não é um fato irrelevante, mas ousa afirmar que esta prática tem também mudado progressivamente o rosto e inclusive a identidade das nossas fraternidades. A presença de pessoal remunerado nos permitiu estar mais livres para o trabalho pastoral, nos dispensou de fazer trabalhos que consideramos pouco ou nada gratificantes, como aqueles domésticos. Em muitos casos, mantendo in loco um número demasiado reduzido de frades. Estas considerações evidenciam como a vida fraterna já vem concebida e estruturada em função da atividade pastoral. As nossas casas correm o risco de se parecerem mais com casas paroquiais do que com conventos de irmãos que vivem a minoridade e a pobreza! Este modo de conceber e viver a vida fraterna enfraqueceu muito o seu significado simbólico e as consequências são a facilidade com a qual cedemos a compromentimentos: nos dispensamos da oração comunitária, das refeições em comum, da recreação e da celebração dos capítulos locais. Temos demandado grande parte do trabalho manual a terceiros e, agora, por causa da diminuição das entradas, somos constrictos a rever a nossa práxis e as nossas escolhas.

Caros irmãos e irmãs, coloquemo-nos uma pergunta que deseja abrir uma reflexão sobre o nosso viver pessoal e fraterno: estamos dispostos a fazer da crise econômica, com todas as relativas consequências acima acenadas, uma oportunidade para verificar que tipo de vida fraterna queremos viver? A reação que normalmente observo diante de problemas econômicos é aquela de procurar proteger-se de modo precipitado, avaliando as situações somente do ponto de vista técnico e econômico. Somos chamados a redimensionar e a repensar o nosso estilo de vida. É assim impossível que assumamos e distribuamos os diversos deveres e serviços próprios da vida fraterna, propondo com força este valor desde os primeiríssimos tempos da formação inicial? (Const. 30,3). Estamos dispostos a fazê-lo com muita honestidade, vendo nisto uma oportunidade única para verificar a qualidade das nossas relações, nas quais podemos experimentar a beleza e a alegria de servirmos uns aos outros? Não se trata unicamente de reapropriarmo-nos do trabalho manual, mas de readquirir alguns valores originais e vivos da nossa vida fraterna. No futuro, seremos chamados a diversificar, de modo significativo, as nossas atividades de trabalho e

devemos fazê-lo privilegiando os princípios que guiam a vida fraterno-evangélica. É pois, impensável, que possamos viver como tantos irmãos e irmãs ou tantas famílias, que não podem permitir-se haver uma doméstica ou outros empregados e que para chegarem ao fim do mês devem manter estilo de vida sóbrio e essencial? Na medida em que cada irmão crescerá no senso de pertença à fraternidade, contribuirá para eliminar as comparações e diferenças que são frequentemente causa de sofrimentos e incompreensões: o frade que exerce um ministério ou profissão bem remunerados e aquele que se dedica majoritariamente aos trabalhos domésticos ou às atividades sociais sem nenhuma remuneração, contribuem de igual modo ao bem da única fraternidade. Desejemos que esta consciência se consolide sempre mais como patrimônio precioso das nossas relações.

7. O valor do trabalho para o frade

O trabalho não tem valor somente enquanto meio de sustento, mas é uma possibilidade dada à pessoa para que dê sentido à própria vida, contribuindo para a realização da própria humanidade. Assistimos consternados ao drama de quem fica longo tempo sem trabalho e vemos as consequências negativas que o desemprego produz nos âmbitos psicológico, relacional e familiar. Estas situações, às vezes dramáticas, nos ajudam a compreender porque é sensato usar o termo *Graça* quando falamos do trabalho. Cada um de nós gostaria de exercer um trabalho gratificante e possivelmente criativo que nos permita individualmente desenvolver plenamente os nossos dotes e portanto realizar a nós mesmos seguindo as próprias aspirações. Trata-se de um desejo legítimo que porém não pode entrar em conflito com as exigências da vida fraterna e do serviço recíproco. As escolhas inerentes à preparação ministerial a ser oferecida a cada frade, não podem ser adotadas sem levar em conta as exigências do bem comum. Deve-se trabalhar tendo presente, seja as atitudes do indivíduo que as necessidades da fraternidade, de modo particular daquela Provincial. O uso desse critério pode levar a experimentar momentos de tensão e algumas vezes acontece de pedir ao frade que acolha uma proposta que não corresponde às suas expectativas. Obrigado, irmãos, por todas as vezes que acolhestes alguma coisa que *não vos agrada* completamente, baseando o vosso *sim* no Conselho Evangélico da Obediência e no serviço à fraternidade. É necessário pedir ao Senhor a Graça de tornar concreto e visível o que afirmamos e pregamos a respeito da obediência, do sacrifício, da disponibilidade em servir até doar a própria vida pelo crescimento dos outros. Acolher a proposta de um trabalho ou de um serviço fraterno interpela a dimensão da nossa própria fé e exige uma contínua educação à oblatividade e à gratuidade.

Partilho agora uma situação que me suscita perplexidade e interrogações: Um bom número de frades teve a oportunidade de estudar, de concluir os estudos conseguindo o título de mestrado e ou doutorado. Infelizmente, constato que uma boa parte destes frades não coloca a serviço os conhecimentos adquiridos, às vezes porque são destinados a fazer outra coisa, outras porque se recusam a transmitir o que receberam. Como pode ser que tantos dos nossos laureados, uma vez

terminados os estudos, desertam completamente das trilhas da pesquisa e se conformam simplesmente em repetir sempre as mesmas coisas?

8. Capazes de dizer “**obrigado!**”

Às vezes tenho a impressão de que entre nós falte o senso do reconhecimento. Não se é capaz de dizer “obrigado!”. Quando visito as Províncias, acontece frequentemente um embate com uma série de reivindicações: Queremos mais computadores, mais meios de transporte e outros instrumentos que nos façam sentir mais confortáveis e atualizados. Em poucas ocasiões ouvi palavras de gratidão por tudo o que temos que, na quase totalidade das Circunscrições, é certamente muito superior ao nível médio do padrão de vida das pessoas. A Ordem nos permite a dedicação em tempo integral ao estudo, liberando-nos da preocupação com o dinheiro e das obrigações que tantos cidadão devem honrar (impostos, seguros, etc.). A gratidão se manifesta distribuindo do que adquirimos no tempo do estudo, trabalhando no campo do ensino e da animação cultural. O agradecer torna-se também concreto lavando os pratos e limpando o toalete. Colocar em comum o fruto do nosso trabalho nos permite viver dignamente, mesmo com pouco, e partilhar com os outros parte do que a Providência depõe nas nossa mãos. Esta é uma dimensão fundamental da nossa vida; a sua realização depende fortemente do senso de pertença à Ordem e à fraternidade que desenvolvemos ao longo do caminho da formação inicial e que cultivamos acuradamente durante toda a nossa existência.

As nossas Constituições nos permitem “*depositar o dinheiro realmente necessário em bancos ou outros institutos semelhantes, mesmo com juro moderado*” (66,3). Na Ordem, existem Circunscrições que confiam a terceiros, terrenos ou imóveis de sua propriedade e pelos quais recebem uma renda regular. Outras Circunscrições de fundação recente, esforçam-se para realizar projetos de autossustentação com a intenção de produzir um ganho regular. Até que ponto podemos percorrer esta estrada? A realização de projetos, especialmente aqueles ligados ao uso agrícola de terrenos, revelou-se extremamente difícil e longe de ser rentável. Considero que não podemos, de maneira alguma, imaginarmo-nos financiados unicamente por este meio. Seria contrário ao voto de pobreza e nos afastaríamos muito daquelas pessoas que as Constituições descrevem “*em modestas condições*” (66,3). Penso que seja sensato um rendimento modesto produzido por somas investidas ou por imóveis alugados, que possa ser utilizado para financiar em primeiro lugar o trabalho dos nossos frades dedicados a obras sociais a serviço dos pobres e pelas quais não recebem estipêndio. Porém, mesmo nestes casos, não deveria faltar o dever da caridade e solidariedade partilhadas entre nós, que sintetizo e confio à responsabilidade que cada um de nós tem diante de Deus e dos irmãos: *Recebi a graça de trabalhar e consciente de que tudo é dom, entrego o meu estipêndio, o dinheiro que recebo a título de oferta, à minha fraternidade, contente por sustentar as necessidades dos meus irmãos, e em dar suporte à obra de quem trabalha com os pobres e os últimos da terra.*

9. Concluindo

Caros irmãos e irmãs, a intenção desta carta é aquela de ativar a reflexão sobre o nosso trabalho e da Graça que este representa. Quis assinalar algumas situações sem a pretensão de exauri-las. Trabalharemos juntos nas várias fases que precederão, acompanharão e seguirão à celebração do Conselho Plenário da Ordem e desde já vos peço a disponibilidade para dar generosamente a vossa colaboração. Desejo, sobretudo, evidenciar que estamos ao ponto de uma reviravolta, seja para o que concerne à fraternidade enquanto tal, seja para o frade individualmente e por isso desejo encarregar alguns irmãos para que preparem uma contribuição baseada na nossa história e nas nossas fontes. É necessário rezar, refletir, procurar novas vias, e fazer escolhas inovadoras. Por isso é importante que toda a Ordem, que somos todos nós, deixe-se envolver neste tipo de reflexão e a comunique aos outros.

Para a preparação do CPO, constituímos um grupo de trabalho para que elabore ulteriormente o quanto esbocei nesta carta e que prepare um instrumento de reflexão que será enviado a todos os frades. A vossa contribuição permitirá que, depois, os frades que se reunirão por um mês em Assis, elaborem uma série de proposições a serem enviadas a toda a Ordem com o objetivo de orientar concretamente o nosso caminho.

Os irmãos da Comissão Preparatória são:

Fr. Stefan Kozuh, Vigário geral, presidente;

Fr. Hugo Mejía Morales (Def. Ger.), vice-presidente;

Fr. Francisco Lopes (PR Ceará- Piauí, Brasil), secretário.

Membros: *Fr. Giovanni Battista Urso* (PR Calábria, Itália);

Fr. Mark Joseph Costello (PR Calvary, USA);

Fr. Moses Njoroge Mwangi (VG Quênia, África);

Fr. Nithiya Sagayam (PR Tamil Nadu Norte, Índia).

Caros irmãos e irmãs, trago no coração a alegre certeza de que o Espírito do Senhor já está nos ajudando a fazer escolhas essenciais, simples e incisivas e desejo que esta beleza venha narrada e difundida entre nós. Apoiemos-nos mutuamente e recordemo-nos uns aos outros que a Graça do Senhor sustém e acompanha a nossa vida e o nosso trabalho. Cada um de nós com o olhar direcionado para Cristo e Francisco faça a própria parte. Quero que esta carta chegue às mãos de cada irmão da nossa Ordem, portanto, peço aos Ministros provinciais e Vice-provinciais, Custódios e Delegados, que providenciem para que isto possa acontecer do modo mais rápido possível. Obrigado!

Saúdo a cada um(a) de vocês com fraterno afeto,

Da nossa Cúria Geral em Roma, 1º de novembro de 2013,

Solenidade de Todos os Santos

Fr. Mauro Jöhri
Ministro geral OFM^{Cap}.